



**Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação da Fabricação de Laminados de Aço”, de responsabilidade da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, realizada na cidade de Piracicaba em 1º de dezembro de 2003.**

Realizou-se, no dia 1º de dezembro de 2003, às 19h00, na sede do Serviço Social da Indústria–SESI, localizado na Rua Luís Ralph Benatti, 600-Vila Industrial, na cidade de Piracicaba-S.P., a Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento "Ampliação da Fabricação de Laminados de Aço", de responsabilidade da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do Consema, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Prof. José Goldemberg, saudava e dava boas-vindas a todos que haviam comparecido: aos representantes do Poder Executivo - Excelentíssimos Senhores Prefeitos dos Municípios de Piracicaba e Charqueada, José Machado e Hélio Donizete Zanata, respectivamente – aos representantes do Poder Legislativo - Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais -, aos representantes de entidades civis e ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação da Fabricação de Laminados de Aço”. Declarou que tinha a missão de inicialmente compor a Mesa de Trabalhos, chamando para dela fazerem parte os representantes da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais, Engº Pedro Stech, e do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Carlos H. Bocuhy, que foi escolhido entre aqueles que compareceram à audiência. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental, cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre um projeto específico que seria apresentado, contribuições essas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ou não ao projeto, o Secretário-Executivo expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução de audiências públicas. Em seguida, após o representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais, Engº Pedro Stech, informar qual era a fase do licenciamento ambiental em que se encontrava esse projeto e de tecer comentários a respeito da importância da participação da comunidade nas audiências públicas, passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da equipe técnica que elaborou o EIA/RIMA. Nelson Moreira Barros, Gerente de Meio Ambiente, Engenharia e Utilidades da Unidade de Piracicaba da Empresa Belgo-Mineira, apresentou um breve histórico sobre a implantação e expansão dessa unidade e ofereceu informações sobre os valores que seriam investidos em sua ampliação, os números de sua produção atual - em torno de 450 mil toneladas – e aqueles que se pretendia fossem atingidos com a ampliação - cerca de 1 milhão de toneladas; acerca do que aconteceria gradualmente com a implantação dos novos equipamentos e com as respostas que forem sendo oferecidas pelo mercado consumidor; sobre a matéria-prima utilizada, que era a sucata em cujo processo de produção seria triturada por uma máquina totalmente enclausurada para evitar-se a geração de ruído e de pó; sobre o fato de a sucata gerada nesse processo ser colocada em forno elétrico com 62 toneladas de capacidade, que a derreteria transformando-a em um metal líquido que seria levado a um forno/panela para acerto final da composição química do aço e que essa panela seria encaminhada ao lingotamento contínuo, para que fosse gerado o produto final, que era o tarugo solidificado; sobre o fato de os equipamentos empregados depois da ampliação serem os mesmos que vinham sendo utilizados até agora, embora a tecnologia a eles agregada fosse mais moderna; acerca



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

de a ampliação prever a existência de uma única portaria de acesso à usina, que, localizada próximo da saída para a Rodovia de Rio Claro, eliminaria a circulação de veículos em áreas urbanas e facilitaria o acesso ao anel viário; sobre o monitoramento da qualidade do ar a ser feito por empresas e acompanhado pela Cetesb e que, apesar de a legislação determinar que o limite da emissão de gás fosse  $50 \text{ mg/Nm}^3$ , com esses novos equipamentos seriam emitidos apenas  $10 \text{ mg/Nm}^3$ , ou seja, cinco vezes menos do que os valores legalmente estabelecidos; acerca de o sistema de filtragem dessa unidade, com a nova tecnologia a ser empregada, se tornar o mais completo existente em todas as indústrias siderúrgicas instaladas no Brasil; sobre a substituição de todos os atuais equipamentos do sistema de tratamento da água por outros mais modernos e capazes de garantir a recirculação de 99% da água usada - com a utilização de uma seqüência de circuitos que a utilizavam e possibilitavam que, no final, toda ela fosse filtrada, tratada e lançada de volta ao início do processo; sobre o gerenciamento de resíduos incluir o inventário, a classificação e a destinação adequada de todos, de acordo com o que determinava a legislação pertinente; sobre a geração, com a ampliação, de aproximadamente 200 postos de trabalho diretos e indiretos ligados à operação da usina, 130 ligados à logística e 40 relacionados com os serviços de manutenção, o que implicaria numa quase duplicação do número de empregados; sobre a duplicação, com a ampliação, de recolhimento aos cofres públicos de ICM e de ICI; sobre o fato de apenas dez processos movidos com relação à saúde e à segurança dos trabalhadores dessa unidade, três dos quais haviam sido considerados procedentes e tinham como motivo queixa relacionada com o déficit auditivo, e que, desde o ano 2000, nenhum outro processo foi movido; sobre a queda significativa na evolução das doenças ocupacionais de empregados e ex-empregados ao longo das três últimas décadas, o que se devia a um competente trabalho preventivo iniciado em 1998 a partir da realização de uma série de exames; sobre a significativa redução do número de acidentes, pois, se até 1995 haviam ocorrido cerca de 70 acidentes, no período transcorrido desde esse ano até 2003 registrou-se um único acidente, e, assim mesmo, de baixa gravidade; sobre os prêmios concedidos à Belgo-Mineira, entre os quais aqueles outorgados pela Associação Brasileira de Prevenção de Acidentes – ABTA e a ARBAD Luxemburgo. Senhor Jacinto Constâncio Júnior, representante da Walm Engenharia e Tecnologia Ambiental, empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA da ampliação dessa unidade, ofereceu, inicialmente, uma série de informações sobre sua empresa, os nomes que compunham sua equipe multidisciplinar - engenheiros, geólogos, biólogos, geógrafos, meteorologistas e arqueólogos - , e os estudos e análises realizados sobre a ampliação dessa unidade siderúrgica da Belgo-Mineira e que abarcavam todos aqueles aspectos que haviam sido focalizados pelo representante do empreendedor, Senhor Nelson Moreira Barros, como também a caracterização da ampliação que se pretendia fosse feita, a localização dessa unidade ampliada no interior do Município de Piracicaba, a legislação que sobre ela incide e passaria a incidir, o diagnóstico ambiental do local e das áreas que sofreriam influência direta e indireta da ampliação desse empreendimento, a metodologia utilizada que levou à identificação e à caracterização dessas áreas e igualmente à caracterização dos impactos ambientais que seriam causados tanto no meio físico como no meio biótico e na vegetação e cuja minimização adviria da implementação de medidas mitigadoras e/ou de compensação que foram propostas - programas de controle ambiental e de educação ambiental – e que estavam relacionadas no EIA e no RIMA. O representante da Walm Engenharia e Tecnologia Ambiental teceu, finalmente, uma série de considerações sobre as conclusões a que esse estudo chegou, entre as quais de que a atividade da Belgo-Mineira, se realizadas de forma controlada, seriam benéficas, uma vez que implicaria a aplicação de tecnologia de ponta, que acarretaria uma redução significativa dos impactos



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

ambientais, os quais, atualmente, com a utilização de uma tecnologia mais rudimentar, já se encontravam dentro dos padrões estabelecidos pela legislação vigente, e que o objetivo que essa empresa pretendia alcançar por meio dessa ampliação era justamente se manter num elevado patamar de correção e de conformidade, visando sempre o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida dos seus funcionários e da comunidade. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema. Paulo Figueiredo teceu uma série de considerações, entre as quais de que os processos industriais ou produtivos deviam ser implementados de forma racional e comprometida com a vida e com a saúde dos seres humanos e do meio ambiente; que a sociedade deveria apurar a origem e a legitimidade dos estudos apresentados pelo empreendedor e a veracidade dos documentos apresentados; que se assustava com o fato de a ampliação desse empreendimento já se encontrar na fase intermediária, quando, em virtude de não ter sido ainda licenciada, sequer deveria ter sido iniciada; que considerava absurdo implantar-se uma unidade siderúrgica num meio urbano adensado, uma vez que seu processo era inerentemente poluidor, pois não havia tecnologia siderúrgica capaz de impedir que os gases e os vapores sejam volatizados e de esse processo consumir bastante energia e, portanto, grande volume de água, ou seja, não havia processo siderúrgico que fosse inócuo do ponto de vista ambiental; que o Município de Piracicaba já era bastante poluído e os dados em que se baseava para fazer tal afirmação eram os seguintes: 1. terem sido ultrapassados na cidade, há dois anos, os limites legalmente estabelecidos para emissão de material particulado; 2. proceder-se a retirada de 0,5% de água para consumo consuntivo e que essa água era evaporada, portanto, não era devolvida aos mananciais, como se dizia; 3. e possuir a Belgo-Mineira um passivo ambiental formado por material de alta periculosidade, que foi gerado há mais de 48 anos, razão por que estranhava a não-inclusão dessa área onde se encontrava disposto esse passivo no rol daquelas identificadas pela Cetesb como sendo contaminadas; que entre as justificativas apresentadas pelo empreendimento chamava atenção para a coincidência existente entre aquelas de ordem econômica e aquelas de ordem locacional; que o empreendedor não havia apresentado nenhuma justificativa para o tamanho do empreendimento; que os benefícios que se alegava que seriam obtidos pela população local deveriam ser discutidos diretamente com ela, e que, segundo dados constantes do RIMA, se pretendia duplicar, com essa ampliação, a produção atual, o que implicaria um uso duplicado da sucata, consumo este questionável, como igualmente o eram sua origem e a dos metais utilizados; que era impossível separar-se, num processamento primário, a sucata das graxas, tintas e uma série de outros produtos que a ela se agregava e que, portanto, seriam fundidos juntamente com ela, o que levaria a que fosse composto um coquetel de efluentes aéreos complicadíssimo de ser dissolvido durante a reciclagem, gerando uma significativa poluição na região do empreendimento; e que, entre os efluentes acima mencionados, dois eram particularmente importantes, quais sejam, as dioxinas e o diofurano, porque causavam sérios problemas imunológicos na população, motivo por que seu monitoramento deveria ser feito periodicamente e com bastante critério técnico, o que não vinha acontecendo atualmente; que, como grande parte da população, discordava completamente da informação oferecida pelo empreendedor através do Relatório de Impacto Ambiental de que os resíduos vinham sendo dispostos de forma adequada, de que os ruídos vinham sendo monitorados, uma vez que as medições feitas apresentavam falhas grosseiras, além de essa medição ter-se limitado à altura máxima de 1,5 m e a altura dos prédios do entorno do empreendimento se encontrava em uma outra altitude; que questionava igualmente como seria feito o transporte das sucatas; e que declarava, ao finalizar, contar com o bom senso dos governantes e das pessoas que lidavam com a questão ambiental no Município



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

de Piracicaba para que impedissem tal ampliação e propusessem que as indústrias poluidoras fossem implantadas em outra área, pois foi sua atual localização que deu lugar às sanções determinadas pelo Ministério Público e pela Cetesb, embora a resposta oferecida pela Belgo-Mineira tenha sido expandir sua unidade, o que significava empreender uma caminhada no sentido de tornar fato consumado sua localização e, assim, exercer pressão sobre a sociedade e sobre o Consema no sentido de que a reiterassem., o que constituía um absurdo, levando-se em conta o momento de democratização pela qual passava o Brasil. Heitor Marzagão reiterou os pontos de vista expostos pelo seu antecessor e comentou que as questões do meio ambiente urbano deveriam ser bastante discutidas, não só pelos governantes, mas também por toda a sociedade, mesmo levando-se em conta ser dever do Estado zelar pela saúde da população; que o planejamento do meio urbano não poderia ser feito levando-se em consideração apenas os fatores econômicos, mas igualmente as esferas social e ambiental, e que, no caso da instalação de qualquer empreendimento em Piracicaba, teria de se levar em consideração a capacidade de suporte desse Município e que seus habitantes deveriam decidir sobre a qualidade de vida que a cidade deveria ter e, nessa perspectiva, deveria ser feito o planejamento urbano da região como também seu plano diretor, de modo a incluir o uso e a ocupação do solo. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Eliana da Penha Silveira, representante da Comunidade de Vila Fátima, relatou que, em uma das reuniões na qual estavam presentes representantes da comunidade e dos órgãos municipais e a direção da Belgo-Mineira, ficou estabelecido que se ampliaria o posto de saúde do bairro e que, para tanto, a comunidade contribuiria com a mão-de-obra, a Belgo-Mineira com o material e a Prefeitura com os equipamentos necessários para o gabinete dentário e também com equipe para coordenar a execução da obra, e que, igualmente nessa oportunidade, essa empresa se comprometeu em promover a diminuição dos ruídos e das vibrações, de modo a que eles se enquadrassem nos padrões estabelecidos pela legislação, o que demonstrava encontrar-se essa empresa disposta a firmar parcerias com a comunidade. Maria Inês Vieira Rodrigues, representante da Sociedade Amigos do Bairro Vila Fátima, lembrou que, embora na fase inicial de operação da fábrica, a comunidade tivesse enfrentado problemas gerados pelos ruídos, pela trepidação das máquinas e pelo fluxo constante de caminhões, as reclamações feitas foram prontamente atendidas pela direção da empresa, que, inclusive, vem desenvolvendo inúmeros projetos sociais, culturais e ambientais que beneficiavam a comunidade. Pedro Luiz da Cruz, representante do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico-Eletrônico de Piracicaba, Saltinho e Rio das Pedras-Simespi, comentou que a Siderúrgica Belgo-Mineira concorreu para o surpreendente crescimento industrial que teve lugar na região, criando novos postos de trabalho e promovendo inúmeras ações no campo social, feitos estes que lhe valeram prêmios e reconhecimento que demonstravam o compromisso que ela tinha com a comunidade e com o desenvolvimento de um progresso sustentável e responsável. José Luiz Ribeiro, representante do Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba, afirmou que apoiava a ampliação da Belgo-Mineira, pois essa empresa, ao longo dos anos, demonstrou grande responsabilidade social e ambiental, que poderia ser comprovada através da fiscalização exercida pelo sindicato, além de ter gerado novos postos de trabalho, o que provocou um impacto positivo considerável em uma época de elevado índice de desemprego. Hilda Pereira da Costa Gobbo, representante do Centro de Reabilitação de Piracicaba, declarou seu apoio incondicional ao empreendimento, e argumentou que esse apoio se devia ao fato de a Belgo-Mineira ter sido sempre uma grande parceira da entidade à qual pertencia e de outras que igualmente se dedicavam ao amparo da comunidade. Luiz Carlos Moretti, representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente de



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Piracicaba, depois de declarar que, em nome desse Conselho, apoiava a ampliação da Unidade Siderúrgica da Belgo-Mineira, comentou que, como representante do Comdema, testemunhou que o Prêmio Destaque Ambiental, instituído por esse conselho para estimular empresas, cidadãos e órgãos públicos a desenvolverem suas atividades de forma crítica e a promoverem iniciativas em prol do meio ambiente de Piracicaba, foi concedido, em 1988 e em 2000, à Belgo-Mineira, por ter essa empresa implementado projetos de conscientização ambiental. Sérgio Razera, representante da equipe técnica do Consórcio Intermunicipal dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, comentou que não se manifestava em nome da diretoria desse consórcio nem do seu plenário, que era composto por representantes dos órgãos municipais e de empresas, mas, sim, como representante da equipe técnica desse consórcio, e que, ao fazer isso, se utilizava de critérios, que, no caso de uma ampliação como essa, não eram os mesmos utilizados quando se analisava a instalação de uma nova unidade industrial; que, mesmo no caso dessa ampliação, não se poderia deixar de levar em conta a situação dos recursos hídricos da região, que era bastante crítica, e que, por este motivo, toda nova demanda de água tinha de ser bem-analisada; que se sabia que para essa ampliação a empresa havia obtido a renovação da outorga, que, autorizada pelo órgão federal competente, lhe permitia aumentar sua captação no Rio Piracicaba de 100 para 180 m<sup>3</sup>/h, aumento este que foi reiterado pelos técnicos do consórcio, que, para tanto, levaram em conta o fato de que, além de esse rio não ser utilizado para abastecimento da população, essa empresa, ao longo dos anos, vem-se mostrando consciente dos problemas relacionados com a produção de água na região, tem realizado um adequado tratamento e uma adequada distribuição desse recurso, participado ativamente do consórcio e promovido a implementação de projetos relacionados com educação ambiental. Mário Elvino Miotto, representante do Movimento Piracicaba 2010, procedeu a leitura de um documento que, entre outras afirmações, declarava que a ampliação dessa unidade fomentaria a geração de empregos e o crescimento econômico do Município de Piracicaba, propiciaria renda e vida digna aos cidadãos desse Município; que esse movimento acompanharia de perto o licenciamento ambiental e acreditava na competência e na capacidade técnica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente; que seria feito o monitoramento contínuo das emissões atmosféricas; que seria criado um canal de comunicação para tornar disponíveis para a população as informações relacionadas com esse monitoramento; que essa empresa vinha demonstrando ser idônea e preocupada com as questões ambientais; que o Movimento não se preocupava tão somente em defender uma ou outra parte, mas, sim, os interesses plenos da sociedade, analisando imparcialmente esse empreendimento, ou seja, com uma visão ampla e despida de quaisquer paixões. Paulo Machado Padovani, representante da Associação Paulista de Medicina - Regional Piracicaba, declarou seu apoio a esse projeto de ampliação em virtude das inúmeras iniciativas da empresa em prol da comunidade, que mereciam ser reconhecidas, como o foram as premiações recebidas, entre elas o Prêmio da Empresa Amiga da Saúde, outorgado em 2000 pela implementação do projeto “Ver e Viver”, que auxiliava a detecção de problemas audiovisuais em crianças com idade de 7 a 14 anos, tendo, inclusive, capacitado os professores a realizarem testes de capacidade visual e tendo doado cerca de 3 mil e 300 óculos para as crianças que apresentaram algum tipo de deficiência; que a Siderúrgica Belgo-Mineira havia sido novamente premiada em 2002, desta vez pela implantação do projeto “Sempre Sorrindo”, que promoveu, em parceria com a Faculdade de Odontologia da Unicamp e a Prefeitura, a prevenção e o tratamento da cárie bucal das crianças matriculadas nas escolas municipais, tendo sido atendidas cerca de 2 mil e 800 crianças com idade entre 7 e 10 anos. José Antonio de Moura, representante da Associação Paulista de Cirurgias Dentista-APCD-Regional de Piracicaba, comentou que a audiência pública era um momento



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

democrático em que as pessoas envolvidas podiam manifestar seu posicionamento e que considerava oportunas as preocupações do movimento ambientalista com relação à saúde da população, mas, como representante da categoria dos dentistas de Piracicaba, tinha a tarefa de esclarecer que a APCD firmou parceria com a Belgo-Mineira, com a Faculdade de Odontologia de Piracicaba, com a Secretaria Municipal de Saúde/Centro de Especialidades Odontológicas, para a instituição do “Programa Sempre Sorrindo”, e que esse projeto vinha obtendo excelentes resultados na detecção e tratamento de cáries em crianças e jovens que freqüentavam as escolas da região; e que, através dessas parcerias, essa empresa demonstrava sua preocupação em promover ações de caráter social na cidade, motivo pelo qual a parabenizava e apoiava sua ampliação. Jairo Capasso, representante do Serviço Social da Indústria-SESI, comentou que a Belgo-Mineira procurara o SESI com o intuito de colaborar com os trabalhos promovidos por essa instituição de atendimento à comunidade, entre eles o “Projeto Acuidade Visual”, que visava a reabilitação visual dos alunos matriculados desde a 1ª até a 8ª série dos cursos promovidos pelo SESI, tendo alcançado ao todo 1 mil e 800 alunos com deficiência auditiva, e que esses alunos estavam estimulados a participar do “Prêmio Belgo de Meio Ambiente”, cuja finalidade era promover uma maior conscientização das crianças e dos jovens sobre as questões ecológicas, tendo sido distribuído material pedagógico para orientação de professores e alunos; que, diante dessas e de tantas outras iniciativas da empresa em favor da comunidade, o SESI só tinha razões para apoiar a ampliação dessa unidade. Izidoro Camolese Filho, representante da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais, defendeu a necessidade de que sejam gerados empregos para o Município e que, para isso, a ampliação dessa unidade poderia contribuir, reduzindo-se, assim, os índices de desemprego na região; que, além dessa possibilidade, reconhecia que a Belgo-Mineira tinha responsabilidade social e que era por esse motivo que se opunha ao posicionamento dos ambientalistas, os quais, antes de fazerem críticas acirradas à direção dessa empresa, deveriam verificar o que o Governo do Estado vinha fazendo com relação ao Rio Piracicaba, que se encontrava à beira da morte, sem que qualquer medida fosse implementada com o objetivo de reverter essa situação desastrosa, e que as entidades ambientalistas deveriam também cobrar do Governo a contrapartida de sua responsabilidade social e ambiental. Moacir Beltrame, representante da Associação Comercial e Industrial de Piracicaba, comentou que os representantes do Consema presentes nessa audiência haviam testemunhado uma verdadeira unanimidade no que concernia ao posicionamento da população a respeito da ampliação dessa unidade siderúrgica e que essa audiência era um momento ímpar e único em que os cidadãos de Piracicaba deveriam unir-se para fortalecer essa empresa, porque o desejo comum da população deveria ser priorizado; que o Plano Diretor de Desenvolvimento de Piracicaba estava sendo revisado como também o Plano Diretor de Desenvolvimento Rural e o Plano de Desenvolvimento Viário, o que mostrava que o desenvolvimento desse Município fora planejado, e que a área ocupada pela Belgo-Mineira estava inserida na zona industrial prevista por esse plano. Juliana Piedade, representante do Projeto Núcleo Rural de Piracicaba, parabenizou a Belgo-Mineira pelos importantes projetos sociais que vinha desenvolvendo com e para a comunidade e comentou que as iniciativas dessa empresa vinham sendo fundamentais para a conscientização dos alunos e das equipes de professores, pois ofereciam excelente orientação técnica, além de promoverem a distribuição de material educativo. Hans Gunter Kurt Eckert, representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo-Regional de Piracicaba, observou que uma empresa bem-dirigida, com bons produtos, trabalhadores bem-treinados e estimulados só tenderia para o crescimento, tanto da produção como do faturamento e, conseqüentemente, geraria impostos; que justamente foi esse crescimento que colocou a necessidade



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

de se ampliar essa unidade da empresa instalada em Piracicaba, que concorreria para que fosse duplicada sua produção, passando de 500 mil para milhão de t/a, e que, com certeza, a escolha do Município de Piracicaba para promover tal inserção se deveu aos inúmeros estudos realizados pela empresa, que comprovaram a qualificação da mão-de-obra local, apta para produzir produtos conforme a qualidade exigida, e que essa empresa vinha investindo na implementação de uma tecnologia que evitasse qualquer tipo de poluição que interferisse na qualidade do ar e da água da região, e era por essas razões que a CIESP apoiava a ampliação desse empreendimento. Mário Fernando de Góes, representante da Faculdade de Odontologia de Piracicaba, comentou que estava representando o Professor Thales Rocha Matos Filho e que há cerca de um ano atrás a Faculdade de Odontologia, a Belgo-Mineira e a Prefeitura de Piracicaba firmaram uma parceria com o intuito de promover o atendimento dentário de crianças na faixa etária entre 7 e 10 anos, no interior da qual cabia à faculdade coordenar o projeto, à Prefeitura fornecer o pessoal técnico e à Belgo-Mineira manter esse convênio; que, além deste, outro projeto foi firmado com vistas ao atendimento de pessoas portadoras de câncer, que eram encaminhadas à faculdade onde eram submetidas a exames com vistas ao estabelecimento de um diagnóstico; que outro projeto, embora incipiente e que contou igualmente com a participação da Belgo-Mineira, visava o atendimento de pacientes portadores de deficiência física ou mental, e que a amplitude desse atendimento se tornava possível em função da parceria, tanto com os órgãos municipais como com essa indústria, que zelava pela saúde dos seus funcionários. Maria da Glória Silveira Mello, representante da Sociedade Amigos do Museu Prudente Moraes, declarou ser importante que as pessoas olhassem os documentos relacionados com o EIA/RIMA, pois ele possuía dados sobre o número de empregos que seriam gerados e muitos outros aspectos que eram de interesse de todos, e não só dos trabalhadores dessa empresa; que questionava o papel dessa audiência num momento em que parte das obras de ampliação já havia sido executada; que, às págs. 270, constava no EIA a informação de que o impacto visual ficaria por conta de grandes estruturas que viriam a ser construídas, mas não havia ilustração dessas estruturas; que, de acordo com uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente, esse estudo deveria ser acessível a todos, porém ele ficara à disposição menos de um mês, em dias úteis e durante o dia, em apenas dois lugares e com algumas páginas escritas em inglês; que o edital elaborado pelo Consema e publicado no Jornal de Piracicaba informava que essa ampliação tinha por objetivo aumentar a fabricação de laminados de aço, informação essa que divergia daquela constante da certidão municipal fornecida pela Secretaria de Obras; que, em relação às reclamações dos moradores vizinhos, as páginas 278 do EIA informava que das dez reclamações que a empresa havia recebido em 2000 cinco foram consideradas improcedentes, e das dezenove de 2002, dez tratava de reclamações da mesma natureza, o que é reconhecido no volume III do EIA, quando se afirma que a quantidade de emissão de material particulado sempre foi motivo dos conflitos com a comunidade vizinha e que, com a modernização da tecnologia do sistema de “despoeiramento”, esses conflitos tornaram-se críticos, envolvendo, além da comunidade, o órgão de controle ambiental, o Ministério Público, a Polícia Civil e até a instituição certificadora, BDQI; que o item 3.6 do EIA, às págs. 12, em vez de tratar das alternativas locais, referia-se às vantagens competitivas que essa localização propiciaria à empresa, facilitando o escoamento dos produtos, que era uma condição decisiva para a ampliação de sua linha produtiva; que o EIA/RIMA não oferecia informações sobre os resíduos que eram dispostos no solo de forma inadequada, embora a empresa tenha obtido em 2002 um certificado emitido pela Regional da Cetesb de Piracicaba que autorizava a destinação desses resíduos no próprio Município; que o RIMA referia-se à necessidade de o Estado investir na



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

área cultural, argumentando que a falta de equipamentos de lazer contribuía para o surgimento e a ampliação das chamadas doenças sociais; e, por fim, que esse relatório apresentava também um balanço hídrico que apontava para a inexistência de problemas em relação à quantidade desse recurso, mas, sim, em relação a sua qualidade, sem fazer qualquer referência à situação crítica em que se encontrava o Rio Piracicaba. Mauro Frederico Wilken, representante da Sociedade Ecológica de Santa Branca, Sesbra, observou que o RIMA se referia a levantamento feito pela empresa que constatou níveis elevados, acima dos valores de referência, em relação ao cádmio, chumbo, cobre, níquel e zinco, e que esses dados o levavam a solicitar fossem feitos estudos também do entorno do empreendimento, pois era possível que a pluma se espalhasse, e que, em decorrência dessa possível contaminação, solicitava que a licença de instalação fosse outorgada após a definição desse passivo. Após Kátia Del Monte, representante do Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente de Piracicaba, expor sua preocupação em relação aos critérios utilizados para a ampliação, pediu então que os dados apresentados fossem entregues ao Ministério Público, para que essa instituição os analisasse. Passou-se à etapa em que se manifestam as pessoas em seu próprio nome. Depois de Claudinei Aparecido Siqueira parabenizar a Belgo-Mineira por ter sido agraciada com o “Prêmio Meio Ambiente” e de informar que todos os funcionários da empresa estavam conscientes dos impactos que ela gerava com suas atividades, embora tentasse reduzi-los ao máximo, e de José Celso dos Santos afirmar que a Belgo-Mineira, por ser uma empresa séria, se preocupava muito em não agredir o meio ambiente, Antônio Carlos Pires Mariano comentou que essa empresa trouxe grandes benefícios para o desenvolvimento tecnológico das siderúrgicas e que seus funcionários recebiam vários treinamentos sobre a preservação do meio ambiente. Roberto Antônio Sabino comentou que trabalhava no Projeto Núcleo Rural e que a contrapartida oferecida pela Belgo-Mineira para o desenvolvimento desse projeto era fundamental e, portanto, de extrema importância para o Município de Piracicaba. Depois de Mauri Amaro Rodrigues informar que a Belgo-Mineira era uma empresa séria e que sempre fez parte de sua conduta cumprir com as suas obrigações sociais e ambientais e de Vail Dário comentar que o crescimento e a evolução desse empreendimento sempre considerou primordial a preocupação com o meio ambiente e com o bem estar da comunidade e informar que a Belgo-Mineira realizava testes periódicos nos caminhões para medir se o nível de emissão de fumaça preta estava ou não dentro dos padrões legais, Manoel Guilherme comentou que a Belgo-Mineira tinha um papel de destaque no Município de Piracicaba, haja vista a parceria firmada em 2001 com a Secretaria da Ação Cultural, investindo na realização de espetáculos teatrais gratuitos. Depois de Luiz Guilherme Schnor apresentar um breve histórico sobre sua vida, Antônio Carlos da Costa Almeida comentou que as diretrizes que norteavam o projeto de ampliação da usina eram as seguintes: 1. utilização da mão-de-obra local; 2. adoção de rígidos procedimentos com vistas à segurança do trabalhador e à preservação do meio ambiente; 3. desenvolvimento de programas e de tecnologia. Depois de Antônio José Alves Filho informar que a sua empresa havia feito uma parceria com a Belgo-Mineira, o que mostrava o zelo de ambas pela qualidade de vida de seus funcionários, Edberto Diamantino comentou que a área de medicina e segurança ocupacionais vinha recebendo grandes investimentos por parte da Belgo-Mineira e que poucas empresas adotavam os padrões de exigências para riscos ambientais que a Belgo-Mineira implementava e que, portanto, a empresa trabalhava eficazmente com vistas à obediência do princípio que norteava o direito ambiental, que era o da busca da livre iniciativa combinada com o desenvolvimento da qualidade de vida da população. Houve uma intervenção do Secretário-Executivo, Germano Seara Filho, informando sobre a solicitação feita pelo conselheiro Carlos Bocuhy de oferecer um esclarecimento, o que havia sido concedido. O



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

conselheiro Carlos Bocuhy lembrou que essa etapa da audiência era destinada às pessoas que se manifestavam em seu próprio nome, e não em nome da empresa à qual prestavam serviços, e que a observação desse critério era importante para que essa audiência se coadunasse com o princípio de isonomia. O Secretário-Executivo esclareceu que aceitava a observação, mas que não iria patrulhar o pensamento de ninguém. Depois de Osvaldo Luiz Batista observar que a empresa Belgo-Mineira era extremamente ética e de Samuel Cavalheri Dal Porto informar que desenvolvia um serviço de controle do mosquito da *Aedes Egypt* na área da Belgo-Mineira, e que esse era um trabalho pioneiro e mostrava a preocupação da empresa com a saúde das pessoas que ali trabalhavam, Manoel Maciel de Castilho ressaltou o avanço tecnológico trazido pela Belgo-Mineira no que se referia à produção de aço. Tereza Cristina Vanderley Roses agradeceu à empresa Belgo-Mineira o auxílio fornecido às escolas públicas para que implementassem programa de educação ambiental e Edson Stênico comentou que, como morador das vizinhanças da Belgo-Mineira, moveu um processo contra a empresa na 4ª Vara Civil, pedindo fosse transferido o processo de manuseio da sucata para longe das residências, pois a Cetesb havia feito várias medições que demonstraram que esse processo de manuseio da sucata estava fora dos parâmetros da legislação, e que essa empresa, embora promovesse inúmeras melhorias, ainda causava muitos transtornos para a população do entorno, entre as quais a emissão da poeira causada pela máquina “Shredder” no processo de trituração da escória, no qual era usado forragem de asfalto, e que ficava bastante preocupado com a manutenção dessa máquina nas imediações, motivo pelo qual propunha que essa parte do processo, qual seja, o da transformação da sucata, fosse transferida para uma área da Uninorte; que, após ler um artigo publicado na edição do jornal de 12 de setembro de 2002 sobre a impossibilidade de se instalar a “Shredder” no Distrito Uninorte, pois as atividades por ela realizadas provocavam vibrações intensas, o que prejudicaria outras empresas que se encontravam instaladas também no local, questionou sua utilização pela unidade de Piracicaba, principalmente levando-se em conta a intenção da empresa em duplicar a produção do aço. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes dos órgãos públicos. Depois de Júlio Flávio Rosolem, representante do 16º Grupamento de Bombeiros e Major da Polícia Militar de Piracicaba, informar que o empreendimento foi submetido à aprovação do órgão e passou por todas as etapas exigidas pela legislação, motivo pelo qual o considerava, sob o ponto de vista ambiental, em perfeitas condições de ser executado, José Augusto Seydell, vinculado ao SMAE-Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba, comentou que era muito importante que, ao lado dos empregos a serem gerados pela ampliação do empreendimento, se tivesse os cuidados necessários no monitoramento de possíveis danos; que, se levando em consideração esse aspecto, pedia fosse analisado com muito cuidado e critérios técnicos a poluição atmosférica e no solo que poderia ser gerada por essa unidade depois de ampliada, os quais, se provocados, seriam cobrados pelos órgãos públicos; que essa empresa muitas vezes procurava os órgãos públicos com projetos de natureza ambiental, motivo pelo qual acreditava que ela adotaria os cuidados necessários para não poluir o Município de Piracicaba; que o Município de Piracicaba era abastecido pelo Rio Corumbataí e não via problema na retirada, pelo empreendimento, de uma quantidade de água que não afetaria a região. Linaldo Puia, representante da Polícia do 4º DP – Piracicaba, comentou que, dentro da competência da Polícia, estava sempre pronto em zelar pela integridade física dos trabalhadores e também do meio ambiente; que um homem sem emprego e expectativa profissional perdia o valor e a base familiar; e que a Belgo-Mineira cumprirá, e já vinha cumprindo, esse papel, oferecendo segurança para o trabalhador. Passou-se à etapa em que se manifestam os membros do Consema. Prof. Cláudio Scarpinella teceu comentários sobre os resíduos sólidos, principalmente a careta e a



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

escória, declarando que essa ampliação envolveria grande quantidade desses materiais e que, no diagnóstico do RIMA, não havia visto nenhum detalhamento que oferecesse segurança para o futuro no que se referia ao manuseio desses materiais e ao seu depósito intermediário, que era inadequado, informando apenas que existia contaminação no local; que, se esses resíduos fossem utilizados para pavimentação e produção de cimento, era preciso se ter segurança de que existia mercado para esse produto; que o Consema precisaria de muito mais informações ambientais sobre o empreendimento para poder avaliar sua viabilidade nesse aspecto, motivo por que pedia fosse contemplado no estudo todas as questões levantadas sobre os impactos ambientais a serem gerados com a ampliação desse empreendimento. Romildo Campello comentou ter ficado feliz porque a população de Piracicaba, com raras exceções, apoiava a ampliação dessa unidade da Belgo-Mineira; que, com relação aos questionamentos feitos pelo Senhor Edson Stênico, informava que a ampliação resolveria o problema de trepidação, uma vez que seria construída uma cápsula para conter a máquina “Shredder” cujo funcionamento provocava esse resultado; que os avanços tecnológicos propostos iriam multiplicar a produção, diminuir os ruídos e os impactos, de modo que estava bastante tranquilo e contente com os resultados que seriam alcançados pelo empreendimento; e que envidaria todo esforço para que o Consema aprovasse esse projeto, encarregando-se de informar aos conselheiros o que havia testemunhado, ou seja, que de modo quase unânime a população aprovava essa ampliação, e não só a desejava, como exigia fosse executada. Prof. Paulo Nogueira-Neto comentou ter sido um dos criadores, no Brasil, do sistema de audiências públicas sobre EIA/RIMA, cuja realização constituía o momento não somente de discutir os problemas como também de oferecer sugestões para melhorar a qualidade do projeto que era analisado; que ficara bastante impressionado com a quantidade de depoimentos sobre os trabalhos de assistência social cuja execução contava com a participação da Belgo-Mineira; que, segundo a legislação ambiental vigente, as empresas deveriam aplicar 0,5% do valor do empreendimento em unidade de conservação, ou seja, em estações ecológicas e parques, contribuindo, portanto, para preservar a flora e fauna brasileiras; e que a Fundação Florestal sugeria que esse 0,5% fosse utilizado no Barreiro Rico, uma área extremamente importante sob o aspecto ecológico e que se localizava no Município de Piracicaba. Passou-se à etapa em que se manifestam representantes do Poder Legislativo. Antônio Sérgio Mariano Setten, Vereador do Município de Piracicaba comentou que essa empresa, antes de se transformar na Belgo-Mineira, que tantos prêmios ganhou ao longo de suas existência, se chamava Siderúrgica Dedini, uma empresa que trouxe inúmeros problemas para a cidade e constantemente era paralisada por greves realizadas por seus funcionários, mas que, com a mudança em sua direção, Piracicaba vinha obtendo consideráveis ganhos com ela e que, quando se falava em ampliá-la, isso implicava a geração de novos postos de trabalho para a região, e que de nada adiantava priorizar a manutenção de uma árvore, ou seja, preservá-la, se o trabalhador não tinha comida, pois, com certeza, ele odiará a árvore que ver em sua frente se ele não tiver como sustentar sua família com dignidade, e que, se o contrário acontecer, com certeza ele colaborará muito para melhoraria do meio ambiente, como vinha ocorrendo com os trabalhadores da empresa que moravam em Vila Rezende, Fátima e Primavera, que unanimemente reconheciam que a vinda da Belgo-Mineira possibilitou uma melhoria em todos os aspectos, inclusive com relação à poluição que ocorria no entorno da empresa; que, com todo respeito aos ambientalistas, a Amazônia vinha sendo derrubada e não se via ocorrer a unificação desse movimento com o intuito de salvá-la, e o mesmo acontecia com o Rio Piracicaba, que já possuía trechos mortos, o que se devia ao fato de os ambientalistas terem ficado parados e deitados em berço esplêndido; que poderia ficar horas enumerando os benefícios trazidos para Piracicaba pela Belgo-



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Mineira, mas, como não havia tempo disponível, deixava registrado seu total apoio à ampliação da empresa. O Vereador do Município de Piracicaba, Luiz Vicente Alves da Silva, afirmou que havia participado das audiências públicas relacionadas com o EIA/RIMA da Termelétrica de Carioba II, e que sobre sua instalação havia-se posicionado contrariamente, mas que, em relação à ampliação dessa unidade da Belgo-Mineira, procedia de forma contrária, pois os responsáveis por ela mereciam aplausos pela condução da política ambiental da empresa; que também valorizava a percepção dos ambientalistas que defendiam a qualquer custo o meio ambiente, mas que entendia deverem ser profundamente analisadas as medidas mitigadoras e compensatórias que serão implementadas pelo empreendedor no caso de essa ampliação ser aprovada, pois essas medidas garantirão a manutenção da qualidade de vida da população de Piracicaba, e que, apesar de apoiar essa ampliação, entendia que a empresa deveria ainda melhorar os estudos relacionados com o controle dos resíduos. João Manuel dos Santos, Vereador do Município de Piracicaba, depois de solicitar que fosse concedida a palavra àqueles Vereadores que estavam presentes mas que não puderam chegar a tempo de se inscrever, comentou que, embora parabenizasse a atuação do movimento ambientalista, sentia-se à vontade para apoiar também o empreendimento, porque a Belgo-Mineira, quando iniciou esse processo visando a ampliação dessa unidade, consultou os sindicatos, o Prefeito do Município, os membros da Câmara de Vereadores e representantes de outros segmentos da sociedade, momento em que todos puderam aprofundar seus pontos de vista sobre o projeto, como bem ficou demonstrado através dos depoimentos feitos durante essa audiência, pois se tornou claro que essa empresa conta com o apoio dos órgãos, entidades e associações profissionais ligados à área social, e que, por essa razão, convidava os ambientalistas a visitarem essa empresa, assim como vinham fazendo os Vereadores do Município, pois assim eles poderiam verificar *in loco* o trabalho desenvolvido pela empresa, e que o Município se desenvolveria mais se outros empresários da região adotassem a mesma conduta. A Vereadora do Município de Piracicaba, Aparecida Gregolin Abe, declarou que conhecia as instalações da empresa há mais de trinta anos e pôde acompanhar as inovações tecnológicas pelas quais a empresa passou, quando deixou de ser Dedini e se transformou na moderna e conceituada Belgo-Mineira, que podia ser chamada de empresa cidadã, pois era um modelo de empresa para a cidade e para a região, parceira de ambas naquilo que dizia respeito ao fomento da saúde, da educação, da cultura e da preservação do meio ambiente, patrocinando inúmeros projetos de destaque e reconhecimento, destacando-se pela adoção de tecnologia de ponta, motivo pelo qual não lhe causava preocupação a hipótese de que sua ampliação causasse danos ao meio ambiente, pois que todo desenvolvimento, desde que bem planejado, só tendia a agregar valores para a cidade, como a geração de tributos e de empregos diretos e indiretos. Antonio Carlos de Mendes Thame, Deputado Federal, depois de oferecer um breve histórico sobre os avanços da humanidade e de sua relação com o meio ambiente, observou que o conjunto formado pelas leis de comando, controle, prevenção e incentivo criou uma estrutura jurídica para proteger a saúde e o meio ambiente, e que esse conjunto de leis tem como um de seus instrumentos a audiência pública; que não se podia deixar de reconhecer a importância do papel exercido pelos ambientalistas nesse contexto, o que não implicava desconhecer a importância do papel realizado pelos técnicos, que, passando a vida inteira dentro de laboratórios, definiam os parâmetros que determinavam os limites máximos para a emissão dos poluentes, limites cujos aspectos restritivos evoluíam constantemente e possibilitavam os avanços tecnológicos; que se recordava-se que, em 1987, quando o Brasil amargava o título de campeão mundial em acidentes do trabalho, a Belgo-Mineira foi uma das primeiras indústrias que, com o propósito de proteger a saúde do trabalho, desenvolveu um mapa de



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

riscos que identificava os locais e as operações mais perigosas; que um outro exemplo da responsabilidade social dessa empresa era possível de ser demonstrado pela redução gradativa das emissões dos fumes e particulados, que caiu de 200 para 50 mg/normal/m<sup>3</sup>, 40% abaixo dos parâmetros legalmente estabelecidos, o que se deveu a avanços tecnológicos para os quais a empresa colaborou, e que, com a ampliação proposta, essa redução se tornaria maior ainda, pois ficaria 80% abaixo desses padrões; que, com relação ao consumo de água, previa-se um aumento da ordem de 50 l/s, e que, de acordo com as informações fornecidas pelos técnicos integrantes do Comitê de Bacias, esse consumo estava absolutamente dentro dos limites de razoabilidade tratando-se de uma bacia extremamente pobre como era a do Rio Piracicaba, e que essa situação era totalmente oposta àquela que teria se implantada a Usina Termelétrica Carioba II, que necessitaria captar, para entrar em operação, uma quantidade absolutamente inaceitável, dadas as condições dessa bacia; que, de qualquer forma, o DAEE tinha sido extremamente rigoroso nessa análise, determinando que os níveis permitidos, embora estivessem dentro dos padrões aceitáveis, deveriam ser rigorosamente monitorados; e que, por todas essas razões, caso venha a ser aprovada pelos órgãos ambientais, todos poderiam ficar tranquilos com a ampliação dessa unidade da empresa, pois ela não iria se dar às custas da saúde da população, mas que, pelo contrário, essa empresa envidaria esforços para conciliar o respeito à natureza e à saúde com a criação de empregos. Roberto Moraes, Deputado Estadual, teceu considerações sobre as reuniões feitas por parlamentares com a direção da Belgo Mineira com o propósito de se discutirem os aspectos ligados à emissão de ruídos, passando os parlamentares a acompanhar, a partir desse momento, as melhorias implementadas pela empresa com vistas à solução de alguns problemas; que, como radialista, testemunhava que a principal preocupação da população era o desemprego, pois se mostrava sempre atenta e interessada em saber quais as empresas que viriam instalar-se em Piracicaba, quantos postos de trabalho elas gerariam, e que essa questão tão presente para população o levou a ficar preocupado quando foi informado de que a unidade da Belgo Mineira que seria ampliada era a de Juiz de Fora, e não a de Piracicaba; que, em anos de militância, nunca havia defendido algo que fosse ilegal, algo que não fosse transparente, e que tinha convicção de que a ampliação traria somente benefícios para cidade, entre eles a geração de empregos, e que confiava nos dirigentes da empresa de que qualquer problema que surgisse seria adequadamente resolvido pela empresa. José Aparecido Longatto, Vereador do Município de Piracicaba, observou que sempre confiou na possibilidade da existência de um equilíbrio entre a manutenção da Natureza e o desempenho de atividades capazes de gerar emprego e renda para os habitantes de uma região, que, nessa perspectiva, via a Belgo-Mineira como uma empresa preocupada com essa questão, pretendendo investir cerca de 300 milhões de reais na ampliação de sua unidade, dobrando, com isso, a oferta de empregos, além de produzir outros reflexos positivos nos cofres municipais, como, por exemplo, um aumento da arrecadação em torno de 11 milhões de reais, o que significava a existência de um número maior de creches, diminuindo-se, assim, a demanda existente desse serviço, que girava em torno 5 mil vagas, e que, em relação às reivindicações apresentadas pelo movimento ambientalista, conclamando a população a exigir dos órgãos públicos levantamento epidemiológico imediato e rigoroso para avaliar as condições de saúde da população que vivia no entorno dessa unidade siderúrgica, considerava ser necessário levar em conta ser a Belgo-Mineira era uma empresa extremamente séria, que todas as exigências e sugestões propostas seriam, com certeza, acrescentadas ao projeto; que também lembrava que a água potável disponível para a população de Piracicaba não era captada no Rio Piracicaba, e, sim, no Rio Corumbataí, e que uma pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas Ambientais na Unesp, *campus* de Rio Claro, revelou estar este rio



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

contaminado por coliformes e produtos tóxicos, principalmente no trecho após a área urbana de Rio Claro, e que essa contaminação estava afetando a população das outras cidades que eram abastecidas por esse rio, em especial o Município de Piracicaba; que, devido à falta de tratamento do esgoto doméstico, ao uso de agrotóxico e ao desmatamento das matas ciliares, alguns trechos do Rio Corumbataí passaram da Classe II caindo para a Classe III, ou seja, tornaram-se impróprios para o consumo humano, apesar de terem sido submetidos ao tratamento tradicional, motivo pelo qual sugeria que a preocupação de todos se voltasse para o Rio Corumbataí, antes que ele morresse definitivamente José Pedro, Vereador do Município de Piracicaba, observou que, depois de uma análise sobre o retorno financeiro desse investimento, que era da ordem de 569 milhões de reais, concluiu que ele se refletiria na arrecadação de ICMS para o Estado de São Paulo, e não para o Estado de Minas Gerais, da ordem de 36 milhões de reais, que 25% dele seria empregado nos 645 Municípios do Estado de São Paulo e 75% seriam aplicados em investimentos estaduais, que 25 milhões de reais seriam arrecadados na forma de IPI, 11 milhões arrecadados na forma de ISS, diretos e indiretos, para os cofres da Prefeitura, seriam criados 400 novos postos de trabalho para motoristas das transportadoras e mais 370 empregos diretos, e se dobraria, assim, praticamente, o número de postos de trabalho nessa unidade siderúrgica cujos salários giravam em torno de 700 reais, o que ajudaria a movimentar o comércio local, representando quase 6 milhões de reais; que seriam criados, além disso, 450 empregos indiretos, recuperadas 500 toneladas da sucata que se encontrava abandonada e que se transformaria em novos produtos para serem utilizados na construção civil; que, na realidade, a área ocupada pela empresa seria a mesma, correspondente a 450 mil metros quadrados, verificando-se que aquilo que realmente possibilitaria a duplicação pretendida com a ampliação havia sido o melhoramento tecnológico para se produzir mais; que deveriam ser considerados os inúmeros depoimentos oferecidos durante a audiência, os quais testemunhavam a importância e a seriedade que a empresa tinha para a população, e que, como professor, havia assistido a várias apresentações feitas pelos técnicos dessa unidade na Faculdade Metodista, onde lecionava, oportunidade em que eles expunham os projetos sociais da empresa e que considerava que essa ampliação seria bastante benéfica para a cidade. José Otávio Mentem, Vereador do Município de Piracicaba, comentou que os moradores de Piracicaba tinham uma grande tradição na luta pela defesa do meio ambiente, disposição esta que havia sido demonstrada em inúmeros episódios, como foi o caso da tentativa de implantação da Termelétrica Carioba II, mas que os depoimentos oferecidos durante essa audiência demonstravam grande respeito a essa empresa e que isso decorria do apoio que ela oferecia à política de ação social implementada no Município, além das evidentes melhorias que propiciara ao meio ambiente, o que fez com que fosse premiada pelo Comdema local; que as informações oferecidas demonstraram que o empreendimento contribuiria para a geração de emprego e, conseqüentemente, de renda para o Município, que ele se preocupava com as condições de seus empregados e dos moradores do entorno, pois foi incondicional o apoio oferecido por entidades, sindicatos e instituições, e que, diante dessa realidade, ele igualmente apoiava a ampliação da unidade da Belgo-Mineira no Município de Piracicaba. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. João A. Pauli, Secretário Municipal de Saúde de Piracicaba, comentou que a parceria que a Belgo-Mineira estabelecera com o Município de Piracicaba era muito importante, e que, com relação à Secretaria de Saúde de Piracicaba, o apoio da empresa possibilitava um balanço social bastante positivo para o Município; que a Belgo-Mineira vinha conquistando o apoio de toda população piracicabana em virtude de sua grande preocupação ambiental, e que concordava também com as preocupações dos ambientalistas sobre os impactos no meio ambiente



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

que essa ampliação poderia provocar, e que, por esse motivo, pedia à empresa que ficasse atenta aos posicionamentos, críticas e sugestões que estavam sendo formulados; que o empreendimento traria grande investimento para o Município de Piracicaba e não traria muitos impactos ambientais. Leopoldo Belmonte Fernandes, Secretário Municipal de Educação de Piracicaba, comentou que vinha acompanhando os trabalhos que a Belgo-Mineira realizava na área de educação no Município de Piracicaba, como, por exemplo, a implantação do programa “Ensino de Qualidade”, o que demonstrava seu empenho em construir um sistema educacional sólido; que a empresa trabalhava também com a Secretaria Municipal de Educação de Piracicaba, investindo nos programas de educação ambiental, mas que, em virtude dessas contribuições, não se podia fechar os olhos para o fato de suas atividades causarem impactos no meio ambiente, mas que estava tranqüilo porque a empresa era séria e faria tudo da melhor maneira possível. Juan Antônio Sebastianes, Secretário Municipal do Meio Ambiente de Piracicaba, comentou que, pelo tempo exíguo a que tinha direito, não elogiaria a Belgo-Mineira, pois quase todos já haviam feito isso, e que chamava atenção para outros aspectos, entre os quais o de o Município de Piracicaba possuir uma Agenda 21, consolidada com ampla participação da sociedade, que esse Município contava com um zoneamento ambiental, desenvolvido em parceria com a USP de São Carlos e que esse zoneamento ajudava a indicar as melhores áreas para instalação de indústrias, aterros sanitários e para a expansão da malha urbana, como também para a implementação das atividades agrícolas e que, nessa perspectiva, informava que, caso a Belgo-Mineira pretendesse instalar uma indústria nova, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Piracicaba evidentemente não concordaria, mas que não se tratava de uma nova indústria, e, sim, da ampliação de uma indústria já existente, e que, se tratando de uma ampliação, não se colocava mais a questão da alternativa locacional, pois executar essa ampliação em outro local do Município era economicamente inviável para a empresa; que, ao fazer uma análise do empreendimento, o EIA/RIMA constatou que, embora a ampliação estivesse sendo proposta com vistas à duplicação da produção, os impactos ambientais, no que dizia respeito à poluição do ar por exemplo, seriam reduzidos; que o passivo ambiental de deposição de materiais da região, que já durava mais de quarenta anos, era preocupante, mas não se resolveria com a retirada da Belgo-Mineira, que esse passivo ambiental se caracterizava principalmente por materiais insolúveis, e que, embora tenham sido encontrados chumbo, cádmio, cromo, mercúrio e outros elementos, eles estavam depositados até 1,5 m de profundidade, e que, apesar de alguns apresentarem porcentagens em faixa de alerta, nenhum atingia a faixa de intervenção, e os que atingiam as águas subterrâneas tinham geralmente níveis bastante baixos e menos preocupantes; que compreendia ser necessária a realização de um monitoramento visando à diminuição desse passivo na região, pois os materiais insolúveis poderiam provocar chuva ácida, contaminando, dessa forma, o lençol d’água da região; que, para não aumentar muito o passivo ambiental, deveria ser feito o melhor e mais adequado encaminhamento do material utilizado na empresa; que parabenizava a Sodemap por ser uma defensora do desenvolvimento com sustentabilidade ambiental.. Orlando J. Berto, Secretário Municipal da Indústria e do Comércio de Piracicaba, comentou que o Município de Piracicaba recebeu, nos últimos anos, investimentos relacionados com a instalação de novos empreendimentos, que criavam mais empregos, mas que o planejamento estratégico do atual governo sempre se orientou por conseguir desenvolvimento econômico com qualidade de vida, baseando-se nos princípios da Agenda 21; que a Belgo-Mineira não poderia se locomover para o Distrito Industrial de Piracicaba, uma vez que todos os terrenos desse distrito já estavam ocupados; em seguida, ofereceu um breve histórico sobre a vinda e a instalação da Siderúrgica Belgo-Mineira no Município de



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Piracicaba, ressaltando o apoio oferecido a essa indústria durante esse processo pela Secretaria da Indústria e Comércio de Piracicaba, pela Câmara de Vereadores e pelos Sindicatos dos Metalúrgicos e que os investimentos dessa empresa gerariam, para o Município, só em arrecadação de IPI/ICM, 92 milhões de reais. José Machado, Prefeito do Município de Piracicaba, comentou que a audiência pública representava muito o avanço da democracia no Brasil; que, independentemente de concordar ou não, se admirava e ficava contente com a coragem de algumas pessoas que deram depoimentos contrários ao empreendimento, pois eles valorizavam a audiência pública; que, desde que a diretoria da Belgo-Mineira procurou o Poder Público de Piracicaba para conversar sobre a possibilidade de ampliação de sua unidade, a Prefeitura assumiu uma posição pró-ativa, por entender que a Belgo-Mineira era uma empresa que tinha credibilidade, pois prezava o bem comum e o bem-estar da coletividade, haja vista sua inclusão entre as dez melhores empresas brasileiras do ponto de vista da responsabilidade social e do respeito à legislação; que o papel dos ambientalistas era importantíssimo para o processo ao dar suas contribuições que aperfeiçoavam o projeto na área ambiental; que, respondendo à pergunta formulada pelo ambientalista Heitor Marzagão, informava que o Município de Piracicaba já contava com plano diretor, estava tentando aplicar o Estatuto da Cidade, possuía uma Agenda 21 e um planejamento estratégico chamado “Piracicaba 2010”; que havia sido estabelecida uma parceria do Poder Público com a sociedade civil organizada com vistas à construção de uma cidade saudável e sustentável; que, por vários aspectos já mencionados, o projeto da Belgo-Mineira deveria ser aprovado; que, por fim, pedia que os recursos destinados à compensação fossem aplicados no Município de Piracicaba, uma vez que ele possuía um passivo a recuperar. Passou-se à etapa das réplicas. Senhor Nelson Moreira Barros, representante do empreendedor, comentou que as colocações feitas esvaziaram a etapa das réplicas, uma vez que as autoridades se incumbiram de oferecer alguns esclarecimentos, e que, com relação à origem das sucatas, que, ao seu ver, foi um questionamento que não foi esclarecido, esse material procedia, predominantemente, do Estado de São Paulo e era proveniente de material em obsolescência, como fogões, geladeiras, pedaços de carro, e que esse material era 100% triturado pela “Shreder”, que o limpava, separando tão somente os materiais que entravam em sua composição, como madeira, plástico e revestimento em geral; e que, para finalizar, lançava mão do pronunciamento feito pelo nosso Presidente da República, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, na Conferência Nacional do Meio Ambiente, quando afirmou o seguinte: “Eu quero dizer aos companheiros que estão presentes nesse ato que não há forma mais autoritária de comportamento de que algumas pessoas tentarem fazer com que seus interesses prevaleçam sobre os interesses da maioria do povo brasileiro”. Senhor Jacinto Constâncio Júnior, representante da equipe que elaborou o EIA/RIMA, depois de declarar que a Walm era uma empresa que estava há onze anos no mercado e que tinha respeito por todos os profissionais, mas que igual postura não havia sido adotada pelo representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, Prof. Paulo Figueiredo, que havia falado uma série de inverdades, comentou que, no que dizia respeito à presença de siderúrgicas em áreas urbanas, a convivência era muito pacífica e que as quatro maiores siderúrgicas da Europa se localizavam em territórios muitos menores do que as áreas ocupadas por elas no Brasil; que, no que dizia respeito à poluição dos solos, os estudos feitos foram elaborados a partir dos critérios estabelecidos pela Cetesb e que, se houvessem detectados alguns materiais, com certeza eles teriam sido identificados e igualmente teria sido apontada a remediação necessária, assim como foram indicados os demais parâmetros utilizados; que, em relação às dioxinas e aos furanos, o Estudo foi extremamente conservador no que dizia respeito à modelagem e foi utilizado um valor maior do que



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

aquele emitido pela unidade de Juiz de Fora; que, em relação à contaminação, o que existia no subsolo eram basaltos e diabasos de baixíssima permeabilidade e rochas duras, onde a perpolação ocorria em meio fraturado, e não em meio poroso, e que, portanto, a área não estava contaminada; que o aquífero presente não era o Guarani, mas, sim, o Itararé, e que foram cadastrados todos os poços artesianos identificados; que, em relação à destinação dos resíduos, eles eram acompanhados de um CADRI e que a estocagem da escória e da careta era transitória. Prof. Paulo Figueiredo, representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, confessou seu mal-estar com o tratamento recebido pelo representante da empresa consultora e que, em nenhum momento, afirmou ter ele mentido, mas, sim, que o estudo apresentava erros, inverdades, o que não significava afirmar que alguém era mentiroso; que se estava, nesse momento, avaliando, do ponto de vista ambiental, um empreendimento que ainda não fora licenciado, mas que já foi iniciado, e cujo local se encontrava em etapa avançada de transformação, sem que muitos dados a seu respeito tivessem sido levantados adequadamente no EIA/RIMA; que não gostaria de contrapor entre si emprego e qualidade ambiental, pois esse foi um falso dilema implementado desde a década de 70, com base no qual, à custa de emprego, qualquer empreendimento pode ser implantado e sem que, para isso, se faça necessário adotar alguma medida ambiental, embora tenha ocorrido uma evolução, não se encontrando mais o Brasil nesse estágio; que o papel das entidades ambientalistas era realizar um tipo de fiscalização, mas que seus membros não eram remunerados para isso, realizando esse tipo de trabalho por convicções pessoais; que os membros do Coletivo das Entidades Ambientalistas com assento no Consema não participavam das audiências apenas com o objetivo de se opor; que esse empreendimento era poluidor, era um empreendimento de grande porte que causava impacto ambiental e se encontrava inserido em uma área da cidade com grande densidade populacional, e que a tarefa das entidades ambientalistas era exercer o controle social sobre a questão ambiental, inclusive aquela que era de competência do Estado, papel este que considerava fundamental; que o desejo das entidades era que o Município de Piracicaba não sofresse problemas ambientais, que as pessoas não morressem por conta de processos produtivos que se instalavam no Município sem nenhum critério, pois, infelizmente, a instalação de parte dos empreendimentos vinha-se dando com muito pouco respeito às questões ambientais e ao debate democrático acerca dessas questões, e que esses empreendimentos infelizmente não eram paralisados pelo Consema, pois nesse Conselho os representantes ambientalistas eram minoria, e quem realmente conseguiam paralisar esses empreendimentos eram as Promotorias Públicas; que seu posicionamento não era movido por nenhuma paixão pessoal e que tampouco possuía aspiração política, realizando sua tarefa como professor de maneira isenta e sem ser motivado por qualquer outra intenção senão aquelas que acabava de descrever. Carlos Bocuhy, representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, declarou preocupar-se com o que acabara de ver, pois ficou claro que havia uma articulação, pois as pessoas não falavam em nome pessoal, mas se identificavam como prestadoras de serviços ao empreendedor; que esse tipo de articulação não apresentava nenhuma novidade, pois igual comportamento era adotado pelas empresas do pólo industrial de Cubatão, que compravam a solidariedade da população com doações para creches, para as pequenas comunidades miseráveis da região, as quais, em contrapartida, passavam a endossar as propostas daquelas empresas poluidoras, e que havia por parte das entidades ambientalistas a preocupação de que o processo de licenciamento fosse limpo e transparente, para que não houvesse abuso da miserabilidade do povo brasileiro, que o empreendedor, por ser uma empresa rica, não deveria fazer a vez do Poder Público, não deveria exercer um papel assistencialista, atendendo à comunidade que



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

passava a se sentir subserviente ao grande capital; que, na ausência do Poder Público, na ausência de um Estado que supra as necessidades da sociedade, uma empresa não deveria endeusar a si própria, para que a população lhe fizesse concessões relacionadas com a qualidade do ar, com a qualidade de sua vida e a de seus filhos; que, infelizmente, Piracicaba não era uma cidade saudável, porque a emissão dos poluentes estava acima dos padrões, e essa era uma questão muito discutida pelas Nações Unidas; que essa região vivia constantemente mergulhada em material particulado, com a emissão de MP10 acima dos padrões aceitáveis para a saúde humana; que era importante que a cidade de Piracicaba pensasse em um processo de despoluição, em não agregar mais poluição, principalmente a poluição específica por material particulado; que não se podia instalar uma unidade siderúrgica onde se encontrava atualmente a Belgo-Mineira, pois, com um potencial poluidor fantástico, estava instalada próxima de uma comunidade, e, por mais bem gerenciada que esteja, ela apresentava um risco, risco este que era inerente ao seu processo e que, por essa razão, se estava deliberando hoje sobre um modelo do passado que deixou alguns erros, os quais, na verdade, até agora não haviam sido resolvidos; que sua preocupação era transformar o sistema de gestão ambiental no Estado de São Paulo em um sistema que protegesse realmente a saúde da população, que fosse transparente e democrático; que as entidades ambientalistas pretendiam que houvesse essa abertura democrática, irrestrita, transparente e sem qualquer apelo à miserabilidade do povo brasileiro; que, se aquilo que acabou de testemunhar, não implicar subserviência, Piracicaba estava de parabéns, mas se houve manipulação, isso será percebido; que reivindicava ao empreendedor que o passivo ambiental da empresa fosse solucionado e ele não ficasse atrelado ao licenciamento ambiental, porque, se assim fosse, ele poderia ser negado pelo Consema e por uma intervenção do Ministério Público; que tinha de se encontrar uma solução para o passivo ambiental, para a poluição existente, para as montanhas de terra contaminadas por chumbo que vira, pois isso não poderia estar atrelado a essa ampliação, porque se tratava de uma dívida que os proprietários da Belgo-Mineira tinham para com a sociedade, e que essa dívida deverá ser paga; que esperava, enquanto membro do Consema, que isso acontecesse, que, no momento da análise por esse Conselho da apreciação ambiental desse empreendimento, essa dívida não mais existisse; que, para finalizar, esclarecia que, se não fosse o papel desempenhado pelas entidades ambientalistas, se não fosse a demanda corajosa gerada por militantes da causa ambientalista, como era o caso do Prof. Paulo Figueiredo, não sabia o que teria acontecido com regiões como Cubatão e Recanto dos Pássaros, em Paulínia, e achava que uma ofensa feita a qualquer ambientalista atingia igualmente o Prof. Paulo Nogueira-Neto, que foi o primeiro Secretário do Meio Ambiente no Brasil e a quem se devia a criação de todas as unidades de conservação do País. Em seguida, o Secretário-Executivo do Consema declarou que quem tivesse ainda interesse em contribuir para o aprimoramento desse projeto teria ainda oportunidade de fazê-lo em até cinco dias úteis, a partir da data dessa audiência, e que poderia encaminhar sua contribuição pelos Correios ou protocolá-la diretamente na Secretaria Executiva do Consema. Declarou ainda que, apesar das calorosas palavras usadas, houve o exercício da cidadania durante a audiência, e que respeitava o exercício da liberdade, fosse ele feito pelo poder econômico, pelo poder do saber ou pelo poder de tantos outros segmentos existentes. E declarou em seguida que, tendo verificado que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas, estavam encerrados os trabalhos. Foram entregues, durante a audiência, à Mesa dos Trabalhos, os seguintes documentos: 1. “Análise e Parecer Técnico Parcial do Estudo de Impacto Ambiental – EIA, do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA e de Procedimentos do Empreendedor Referentes à Proposta de Ampliação da Unidade Industrial da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira de Piracicaba – BMP Siderurgia S.A.”, encaminhado pelos Professores



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Paulo Jorge Moraes Figueiredo e Maria da Glória Silveira Mello; 2. “Layout proposto pelas comunidades para solucionar todos os problemas dos moradores e da Empresa Belgo-Mineira” (sem assinatura); 3. Ofício 22/2003, de 1º de dezembro de 2003, encaminhando xerox do Of. Sodemap no 18/2003, enviado à 1ª Promotoria de Justiça de Piracicaba, e assinado pelo Professor-Doutor Paulo Jorge Moraes Figueiredo. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora da Divisão de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do Consema, lavrei e assino a presente ata.

PS-ARP-RBA